

Comunicação em rede e alternativas democráticas: um estudo sobre junho de 2013¹

Marco Aurélio Ferreira²

RESUMO

As manifestações nas ruas de diversas cidades ao redor do planeta são, também, resultado da comunicação em rede: atualmente, um movimento que começa no espaço virtual se concretiza nas ruas e outros espaços públicos. Assim, em meio a tantas transformações e novidades, os meios digitais de comunicação e as redes sociais permanecem, em certa medida, cercados por incógnitas a respeito de sua articulação, participação e funcionamento no contexto da democracia da era tecnológica. Deste modo, esta pesquisa tem por objetivo avaliar os desdobramentos da comunicação em rede nas sociedades contemporâneas e sua função nas mobilizações e movimentos sociais recentes. Para tanto, pretende-se analisar as manifestações que acontecerem em território brasileiro no mês de junho de 2013, em especial as ocorridas na cidade de São Paulo, a fim de compreender de que maneira as redes sociais, fundamentadas na tecnologia digital, foram apropriadas e utilizadas no convencimento e engajamento dos jovens e demais manifestantes, uma vez que grande parcela deles não tinha vínculos partidários e, não obstante, tais mobilizações tiveram fôlego para percorrer capitais e cidades do interior, mesmo sem liderança. A metodologia utilizada no estudo será de análise documental desenvolvida a partir da articulação conceitual da bibliografia, a fim de apontar temas específicos circunscritos ao debate teórico (modernidade, democracia e comunicação), com a subsequente definição de possíveis abordagens ao material coletado, organização dos resultados conforme os eixos de abordagem adotados e conclusões oriundas da análise. Para tanto, será realizada a seleção de fontes e levantamento de material, com a finalidade de observar os fluxos de informação e a propriedade das mídias, a partir de uma perspectiva crítica, que serão cotejados com referência a fundamentação teórica da pesquisa.

Palavras-chave: transpolítica; dromocracia; comunicação em rede

1 Artigo Apresentado ao Eixo Temático 02 – Movimentos Sociais / Ciberativismo / Resistência.

2 O Pesquisador é aluno de Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Professor do Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - UNIFAE em São João da Boa Vista/SP.

1. JUSTIFICATIVA

Investigar se os modos de comunicação em rede e a utilização de mídias sociais nas mobilizações de rua ocorridas em junho de 2013 foram um acontecimento que concidentemente potencializaram os protestos do período ou a apropriação dessas ferramentas para finalidades políticas evidencia, e talvez até mesmo inaugura, um outro estágio da participação popular nos sistemas democráticos.

A fim de compreender as características e funções desempenhadas pela comunicação em rede nas recentes transformações sociais, os movimentos sociais de 2013 constituem-se um rico material de análise do uso e participação contemporâneos que os meios digitais desempenham na vida pública. Isto pois, na história recente do país, após 25 de janeiro de 1984, quando 1,5 milhão de pessoas se reuniram no Vale do Anhangabaú, apenas outra grande mobilização social tomou tamanha dimensão, a saber, as manifestações em prol da eleição direta para os cargos do Poder Executivo e do Legislativo brasileiro, em setembro de 1992, onde 750 mil pessoas compareceram na mesma localidade paulistana. Assim, passadas duas décadas desse último expressivo protesto, somente em junho de 2013 a capital reviveu algo semelhante, na Avenida Paulista, quando 1 milhão de pessoas pararam um momento de suas vidas para se oporem a procedimentos questionáveis do sistema político e reivindicar o respeito aos preceitos constitucionais democráticos. No entanto, após todos esses anos, havia algo novo: a popularização da internet e, com ela, das redes de comunicação. Outro fator de diferenciação dessa mobilização recente foi sua vertiginosa ascensão. Ao contrário daquelas outras duas manifestações, o movimento de 2013 se ergueu em São Paulo no período de cerca de um mês e com a mesma velocidade se espalhou por todo o país. O espanto e comoção, por ser inesperado, que esse evento causou, aparentemente inaugurou uma outra etapa da participação popular na política, algo que se pode comprovar em virtude das centenas de outras mobilizações surgidas na sequência e de caracteres diversos, como marcha da maconha, marcha das vadias, não vai ter copa, fora PT, ato pela democracia etc. Portanto, mais que um evento esporádico de protesto, os acontecimentos de 2013 sugerem que houve uma abertura no debate da democracia, cuja prática vem sendo reivindicada à medida que os meios de comunicação em rede vão sendo apropriados para fins políticos, uma outra forma de utilização que redimensiona sua importância para além da finalidade de consumo, de informação e de entretenimento originárias. Entretanto, em meio a tantas transformações e novidades, os meios digitais de comunicação e as redes sociais permanecem, em certa

medida, cercados por incógnitas a respeito de sua articulação, participação e funcionamento no contexto da democracia da era tecnológica.

2. CORPUS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entre 2009 e 2011, Tunísia, Egito, Líbia, Síria e Islândia foram palco de insurgências políticas que surpreenderam o mundo. As manifestações, desde então, intensificaram-se e proliferaram-se, sendo conseqüentemente registradas em várias partes do planeta – não obstante, essas insurgências apresentassem diversos motivos, diferentes graus de violência, inúmeras e confusas reivindicações. No entanto, pode-se dizer que haviam características comuns a todas elas, a começar da origem e organização destes eventos, que aconteceram em espaços virtuais, no bojo da comunicação em rede. Os precursores desses movimentos sociais em rede, a despeito de seus contextos culturais e institucionais profundamente contrastantes, traduzem, portanto, um movimento novo na política de transposição do debate organizado no ciberespaço para o espaço urbano, isto é, do assunto político à realização política, com a ocupação de praças públicas simbólicas como materialização tanto de debates quanto de protestos, da entoação de slogans em Túnis à utilização de painéis e frigideiras ou tambores em Reykjavik. Assim, reconfigurando o espaço de atuação democrática, a atual juventude criou à sua maneira uma imprevisível forma de pensar as sociedades contemporâneas: “Um espaço público híbrido, constituído por redes sociais digitais e por uma recém-criada comunidade urbana, estava no cerne do movimento, tanto como ferramenta de autorreflexão quanto como afirmação do poder do povo. A falta de poder transformou-se em empoderamento” (CASTELLS, 2013, p.44). Estabelecendo comunidades interconectadas em redes, diferentes grupos e indivíduos passaram a se associar em fluídas matrizes de resistência, deixando de constituir massas silenciosas e oprimidas. Para Hard e Negry (2006) esses acontecimentos evidenciam que estaria nascendo um novo proletariado, cuja crescente mobilidade o tornaria cada vez mais globalizado, tal como o capital. Estes autores apontam no conceito de *multidão*, um novo agente político que surge dentro do sistema globalizado e que seria o responsável por uma revolução em curso. Dessa maneira, se a multidão seria a síntese da potência criativa do indivíduo e o poder das massas desejantes, numa inédita forma de oposição ao sistema capitalista vigente, não estaria ela tornando-se poderosa à medida que se mune das ferramentas tecnológicas de comunicação? Seria possível a partir desse

empoderamento a constituição de uma sociedade civil sem fronteiras? Embora o assunto receba o olhar de vários estudiosos, sua novidade dificulta as abordagens, muito pelo fato de que esse cenário ainda vem se modificando mediante novos eventos que ocorrem, sobretudo, nos grandes centros.

A exemplo do que ocorreu em mais de 90 países, o Brasil também foi surpreendido com as multidões nas ruas, bradando frases de ordem e gritos de indignação. A partir da reivindicação do passe livre, iniciada na cidade de São Paulo, milhões de brasileiros foram às ruas em mais de 350 cidades do país, pleiteando o respeito à sua cidadania, uma vez que em seus protestos deixavam claro que direitos valem muito mais que alguns centavos, em frases de ordem como “não é só pelos 20 centavos”. Assim, as reivindicações se estenderam além da questão do transporte público: a ocasião trouxe à tona cobranças pela qualidade dos serviços de educação, saúde, segurança, direitos humanos e, mesmo na mobilização contra a realização da Copa do Mundo no país, para que os gastos públicos fossem justos e transparentes. Entretanto, essas manifestações não eram lideradas por grupos ou partidos políticos, embora estes compusessem parte dos movimentos, e ainda assim preservavam alguma coerência de reivindicação e, o mais curioso, uma organicidade. A questão que se levanta desses fatos, portanto, é o que permite isso acontecer, isto é, quais as condições históricas, políticas, econômicas e tecnológicas desse cenário, e como esses acontecimentos ocorrem, ou seja, quais suas formas de articulação e processualidade.

Na proposta de abordar essa temática, um primeiro passo em direção ao cenário atual onde se desenvolvem as movimentações sociais traz a constatação óbvia e primeira de que a marca peculiar das relações hoje em dia passa pela interconexão mundial. Todavia, uma particularidade desta configuração globalizada, acerca de sua natureza comunicacional, aponta para a condição glocal dos agentes, isto é, a experiência de estar, ao mesmo tempo, em contato com as ocorrências locais, próprias de um corpo físico, e aquelas desdobradas em qualquer lugar do planeta, à medida que as tecnologias da comunicação elevaram exponencialmente a capacidade humana de explorar e constituir diferentes domínios da cultura, ainda que simulada ou virtualmente. Dessa forma, a configuração glocal da experiência da vida torna-se inquestionável à quase totalidade da população mundial, mas somente enquanto experiência, pois, por outra parte, seu modo de apropriação simbólica e suas consequências são necessariamente delineados em conformidade a posicionamentos e interesses políticos. Assim, essa ambiguidade própria ao conceito *glocal* permite que se o compreenda de um ponto de vista corporativo e estatal, para o qual “(...) o *glocal* representa

a empiria do modelo de mundo realizado, seus interesses e sua ideologia objetivados na infra-estrutura tecnológica disponível, suas tendências e horizontes transnacionais constatáveis em todos os setores”, tanto quanto, em contraponto crítico, no âmbito das ciências humanas, *“o glocal configura prisma conceitual para (...) realizar-se o mapeamento e a dissecação da natureza, dos fundamentos e das consequências desse mundo no âmbito social-histórico, bem como, com base nisso, estabelecer-se os pontos de tensão teórica em relação ao modus operandi da civilização contemporânea”* (TRIVINHO, 2007, p.283). Portanto, na esteira da perspectiva aberta pela concepção prismática do termo que se pode avaliar criticamente os múltiplos aspectos da novidade de uma época caracterizada pela experiência glocal, em acordo a qual se desenvolve a análise aqui empreendida.

Essa perspectiva crítica de abordagem do fenômeno da globalidade embora seja fundamental a qualquer reflexão cultural contemporânea é, ainda, por vezes negligenciada, motivo pelo qual o alerta de Virilio (1995) a respeito dos malefícios que por ventura derivam de um engajamento ingênuo às maravilhas das redes de informação amplamente desenvolvidas – porém, talvez por sua magnitude, avessas ao controle, sobretudo público – torna-se preponderante à reflexão atual, ao apontar para o fato de que “Não há nunca aquisição sem perda. A aquisição da informática ou da telemática se traduzirá necessariamente por uma perda. Se nós não testemunharmos a perda, a aquisição será sem valor”. A partir dessa observação, levanta-se o enigma de qual seriam, então, as perdas adquiridas com os avanços telecomunicacionais.

Uma característica de destaque da configuração política das sociedades *dromocráticas* (TRIVINHO, 2007) – democracia das sociedades globalizadas e comunicacionais – contudo, revela o curioso fato de que as práticas desse controle não são identificáveis a nenhum agente individual, pois este se dissipa na imensidão vazia da globalidade assim como aquelas se espalham por todos canais, causando com sua onipresença a impressão de estarem em lugar nenhum. Dessa maneira, a violência política na sociedade dromocrática torna-se impalpável, ou invisível, uma vez que resulta da própria existência das tecnologias de comunicação que controlam os sujeitos, tendo como braço mais desenvolvido o ciberespaço. No âmbito da transpolítica exercida no interior da cibercultura, portanto, o poder exercido sobre o indivíduo

Trata-se de uma violência mais que sofisticada, porque *light* em sua forma ultra-avançada de realização, agora capitaneada pelo virtual (...) e (ainda, trata-se) de uma *violência mais que legítima, metalegítima*, dir-se-ia melhor, porque transpolítica: ela não se efetiva através da política institucionalizada ou do aparelho do Estado, não passa por nenhuma forma de representação

política ou simbólica, nem precisa acompanhar-se de discurso legitimatório estruturado (TRIVINHO, 2007, p.351-352).

Por isso, frente ao inevitável engrandecimento da tecnocultura, a antiga união entre política e técnica atinge um grau de sofisticação e efetividade preocupante à medida que escapa à qualquer forma de regulamentação coletiva e se constitui, novamente, uma ameaça aos governos democráticos.

Nesse contexto de dromocracia cibercultural, as categorias tradicionais de análise política tornam-se, assim, estéreis, pois seu objeto de pesquisa transpassa as antigas instituições desenvolvidas desde o iluminismo e dá forma a um conjunto complexo de movimentações que compõe um novo modo de ação, originando na sociedade tecnocomunicacional um nova forma de operação, a transpolítica. Em síntese,

(...) o conceito de transpolítica abrange, a rigor, todos os acontecimentos e fatos, situações e circunstâncias, fenômenos, processos e tendências sociais, econômicos e/ou tecnológicos, seja duradouros, seja transitórios, sempre de alcance macroestrutural, cuja natureza, dinâmica e consequências escapam, inteira ou parcialmente, à jurisdição das instituições políticas consolidadas na trajetória de realização do iluminismo francês e do liberalismo inglês nos últimos séculos (TRIVINHO, 2007, p.187-188).

Enquanto forma inapreensível de controle, desse modo, a transpolítica se exerce imbricada aos equipamentos tecnológicos, às redes de comunicação, aos inumeráveis signos que percorrem as linhas de comunicação da sociedade tecnoaparelhada e se revigora, atualiza e fortalece a cada novo bit intercambiado entre os sujeitos eletronicamente domesticados; não obstante, sua perpetuação, enfim, ainda dá sinais de longa vida “(...) porque os seus elementos estruturais – a saber, a amplitude internacional, acontecimento fora de controle, erosão da força pública do Estado e da política instituída, velocidade tecnológica, violência objetiva (concreta ou simbólica) do arrançamento sociotécnico, conteúdo de terror, incerteza – constam (...) multiplamente rearticulados e revigorados” (TRIVINHO, 2007, p.187)”.

Um último ponto a ser ressaltado em relação a aspectos da configuração transpolítica dos tempos atuais aponta para algumas semelhanças existentes entre os processos vividos pelos colonizados do passado, cujas características gerais passavam pela “(...) experiência da aceleração da História, estreitamento do espaço e da individualização dos destinos” (AUGÉ, 1997, p.158), e a condição experimentada pelos cidadãos da sociedade dromocrática cibercultural; isto, pois, dificilmente se poderia aderir ingenuamente ao entusiasmo propagado

acerca do desenvolvimento tecnológico e seus derivados comunicacionais, ignorando seu potencial estratégico, uma vez observado que também a era tecnocomunicacional

(...) é marcada por três excessos: um excesso de acontecimentos que torna a História dificilmente pensável, um excesso de imagens e de referências espaciais cujo efeito paradoxal é fechar em nós o espaço do mundo, em excesso de referências individuais, entendendo por isto a obrigação que os indivíduos têm de pensar por si mesmos sua relação com a História e com o mundo diante do enfraquecimento do que Durkheim chamava de “corpos intermediários” e da impotência confirmada dos grandes sistemas de interpretação (AUGÉ, 1997, p.158-159).

Dessa maneira, a constatação de macro movimentos análogos aos ocorridos em outros momentos da história revela que, se por um lado a disputa pela emancipação dos sujeitos e a constituição de sociedades igualitárias ainda está em curso, por outro, talvez também esteja longe de sua realização, dados os desdobramentos que o imperativo da técnica produz no coração dos tempos pós-modernos.

O desenvolvimento das tecnologias capazes de realizar a interconexão global de pessoas, instituições e nações, foi impulsionado, em larga medida, por interesses mercadológicos e necessidades burocrático-administrativas. No entanto, uma outra face, não planejada, das transformações empreendidas nesse projeto foi a diminuição das barreiras comunicativas – geográficas, econômicas e sociais – que dificultavam a organização política livre de mediações, com seu consequente desdobramento em ações concretas que ocuparam as ruas e mídias do mundo todo. As transformações observadas no jogo político estabelecido pelo Estado de direito democrático e social é, dessa maneira, o contexto em relação ao qual se articula uma emergente reflexão acerca do fenômeno recente dos levantes sociais, tão significativos quanto instantâneos, protagonizados por indivíduos comuns, munidos de telas, câmeras e uma rede de conexões. Dessa maneira, a novidade que envolveu essas grandiosas mobilizações sociais foi a presença de um agente que desempenhou inesperadamente um papel fundamental de articulação entre manifestantes: as redes sociais digitais. Nesse contexto, o caráter contestador e também reivindicatório dos protestos, em relação a determinados *modus operandi* sistêmicos, revelou de maneira ampliada o desejo de participação na vida pública, traduzido pelo fenômeno do uso politizado das mídias eletrônicas interconectadas em redes, isto é, a apropriação das redes sociais acessadas pela internet como meio de organização e ação políticas, praticadas democraticamente sem intermediação institucional. As redes digitais demonstram o enorme potencial transformador da tecnologia em relação à vida pública, operando como catalizadoras da organização e

manifestação das demandas políticas encontradas nas sociedades abafadas pela dominação do discurso burocrático e dos interesses mercadológicos. Assim, em contraposição à aparência de normalidade harmônica oficialmente propagada, a comunicação imediata entre cidadãos expõe o caráter dinâmico e divergente da convivência humana, contestando a hegemonia coercitiva das esferas estatal e econômica exercida sobre as relações sociais, cuja colonização mantém o mundo da vida sob controle, em todas dimensões – das relações domésticas às comunitárias. Não obstante, a forma desse modo de organização alternativo às relações institucionais pauta-se numa outra lógica de convivência, sustentada, haja visto sua própria natureza liberal, por relações horizontais que exigem um movimento de reconhecimento das argumentações alheias, anterior a sua verificação, tal como ocorre no âmbito da ação comunicativa. Ante esse cenário resta saber, talvez, até que ponto o espaço virtual manterá essa liberdade necessária à manutenção da convivência participativa e se ele conseguirá levar adiante o processo de reestabelecimento da democracia, conduzido pela retomada do projeto do esclarecimento pautado, agora, não mais por uma razão funcionalista, mas, por uma racionalidade comunicativa. Em relação a este tema, alguns conceitos centrais do pensamento de Jürgen Habermas auxiliam na elaboração de uma perspectiva de interpretação dos recentes acontecimentos: as reflexões habermasianas acerca da mudança estrutural da esfera pública, acompanhada da expansão da racionalidade técnica e da sua colonização do mundo da vida, bem como a aposta numa forma de racionalidade comunicativa em contraposição ao *status quo* da Modernidade, são um parâmetro possível de norteamento das transformações conjunturais modernas que estabeleceram uma outra forma de relação com o bem público, isto é, uma vivência política moderna.

A análise habermasiana sobre a mudança estrutural da esfera pública apresenta uma fundamental esquematização das relações de poder em operação nas sociedades burguesas: para o pensador, a organização social burguesa formulada a partir das transformações histórico-políticas difundidas pelo movimento Iluminista deu origem a uma esfera política intermediária entre o Estado e a iniciativa privada, a saber, a chamada esfera pública, cuja atividade autônoma exercia oposição ao controle político hegemônico da sociedade, sobretudo pelo Estado, já que, teoricamente, o mercado se configurava por uma certa condição igualitária de produção e trocas entre todos indivíduos. Dessa maneira, a esfera pública, de caráter liberal, era um âmbito de atividade social pautado pela autonomia de pensamento e livre circulação de ideias, cultivada nos cafés e publicações folhetins, composta por agentes privados, mas que exercia, contudo, função pública, na medida que pautava o debate em torno dos interesses comunitários e organizava, ainda que de modo potencial e

fugaz, uma opinião pública consensual. Entretanto, o fino equilíbrio presente nesse arranjo passou por um processo de decomposição ao longo do século XX, no qual a esfera pública liberal foi se dissolvendo em meio à emergência de uma democracia organizada, implementada em prol de um planejamento e maior controle social, e ao fortalecimento do discurso econômico adotado na legitimação de deliberações hostis à coesão social. Em meio a essa transformação, o Estado, para além de instância de asseguramento dos direitos individuais tornou-se provedor de benefícios, os espaços de debates foram invadidos pela propaganda e pela publicidade, o público produtor de reflexões sucumbiu ao consumo das ideias, a instituição do tempo livre assaltou a atividade literária, e nesse movimento, a esfera pública sucumbiu ao esvaziamento de sua força motriz uma vez que a circulação de ideias minguou; nessas circunstâncias, então, o “consenso estipulado no raciocínio público dá lugar ao acordo não publicamente conquistado ou imposto” (HABERMAS, 1984, p.273) e a vida pública reduz-se às atividades estatais e mercadológicas, à produção e ao consumo.

Nesse novo cenário, o mundo da vida, isto é, em síntese, as manifestações espontâneas inalienáveis e imediatamente exercidas pelo sujeitos viventes, passou a ser tratado não mais em suas peculiaridades naturais, subjetivas e sociais, senão que se tornou, ante a racionalidade instrumental, sistema. Desse modo, a sociedade transformou-se, na modernidade, em material de manipulação do Estado e da Economia, com vistas à obtenção de poder e dinheiro. Ante este diagnóstico, portanto, Habermas aposta na racionalidade comunicativa como forma de contraposição à burocratização e economicização do mundo da vida, implementadas pela linguagem técnica. Assim, inserido na tradição marxista cultivada pelo Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Habermas apresenta em seus textos a preocupação de construir um posicionamento teórico crítico que faz frente às transformações sociais provocadas pela crescente expansão das relações capitalistas a todos os âmbitos da vida e contrapõe à barbarização das ações humanas o resgate do projeto de emancipação inaugurado pelo movimento Iluminista francês, fundamentado na autonomia da razão. Por isso, no bojo da sua crítica ao esvaziamento e domesticação da vida pública, provocados pelo avanço da racionalidade técnica ou instrumental sobre a política, e na insistência quanto ao potencial libertador do esclarecimento é que se pode perceber, com maior acuidade, o alcance das ideias expostas na sua Teoria do Agir Comunicativo, que opera como um suporte teórico potente ao resgate do debate sócio-político sobre a natureza da vida pública e a atualização da possibilidade de composição e participação efetiva da vida política proporcionadas pelas redes virtuais de comunicação.

As manifestações recentes possuem características muito próprias, determinadas pelos contextos geográficos, econômicos, históricos, políticos, sociais e culturais nas quais se formam e desenvolvem, entretanto, o elemento comum a todas é que elas “representam uma nova forma de política que surgiu ao longo das últimas décadas: uma política baseada na disseminação viral de ideias e ideologias, e em formas de ação política guiadas mais como franquias do que como operações partidárias tradicionais, minuciosas” (CHATFIELD, 2012, p.139). Nesse sentido, pode-se supor que esteja em processo de formação um outro modo de ação coletiva pública, cuja concretização aponta também para a formação de uma nova forma de conduta de seus partícipes, ambos talvez melhor adequados à realidade política do mundo interconectado.

O cenário político em várias ocasiões é, para além de golpes de estado, também palco de manobras e atentados contra autoridades, como estratégia de apropriação do cargo alvejado. Todavia, as mobilizações fermentadas, fomentadas e propagadas pelas redes virtuais não apresentam a mesma disposição, pois no contexto da politização cultivada no ciberespaço já não se trata de uma disputa por posições consolidadas, senão que da abertura para uma nova maneira de convívio social, cuja atualização remonta, a seu modo, ao lema revolucionário dos primeiros movimentos populares que clamavam por ideais humanitários de liberdade, igualdade e fraternidade. Vem de encontro a esta hipótese, a constatação de que

Está claro, o movimento social e cultural que o ciberespaço propaga (...) não converge sobre um conteúdo particular, mas sobre uma forma de comunicação não midiática, interativa, comunitária, transversal, rizomática. Nem a interconexão generalizada, nem o apetite das comunidades virtuais, nem tampouco a exaltação da inteligência coletiva constituem os elementos de um programa político ou cultural no sentido clássico do termo. E ainda assim, todos os três talvez sejam secretamente movidos por dois “valores” essenciais: a autonomia e a abertura para a alteridade (LÉVY, 1999, p.132).

Neste ponto, torna-se importante ressaltar que se a mobilização dos ativistas interconectados às redes digitais é motivada menos pelo comum engajamento em um conteúdo específico que pela forma como se envolvem nos debates reivindicatórios, embora tal movimento, quando considerado como um todo, não deixa, por isso, de apontar para um horizonte distante e talvez idealizado de uma ordenação pautada pela justiça.

Se existe uma falta de clareza sobre como construir essa convivência social idealizada, num plano teórico tomada como objetivo último da transformação política, no entanto, não se pode censurar essas atividades promovidas e divulgadas pelas redes digitais quanto à falta de

um motivo, ou mesmo de um objetivo próximo. Evidente que está em jogo a consolidação da democracia, mas uma democracia liberal e efetiva, cuja condução dos processos deliberativos esteja, pelo menos virtualmente, disponível à participação de todo cidadão. Talvez seja, paradoxalmente, essa reivindicação à participação efetiva na condução dos processos concernentes à vida pública a motivação do espanto gerado pela cultura dos cidadãos digitais e da preocupação em absorvê-la no interior da estrutura abalada de uma insustentável democracia, desenhada bem antes da revolução elétrica e a altos custos imposta em tempos de revolução digital. Por isso, acima de tudo,

Se quiséssemos identificar um objetivo unificador do movimento, ele seria a transformação do processo político democrático. Imaginaram-se muitas versões diferentes de democracia, assim como formas de atingi-las... Essa era uma clara manifestação do caráter autorreflexivo de um movimento que estava reinventando a política e não cairia na tentação de se tornar outra força nessa área, ao mesmo tempo que recusava a marginalidade de uma voz crítica sem influência na sociedade em geral (CASTELLS, 2013, p.114-115).

Assim, cultivada com base na horizontalidade necessária à consolidação da vida pública democrática, a cultura digital concretiza uma forma de convivência estabelecida sob outra ordem de relações constituídas entre pares e entre sujeitos e instituições, cuja violação atenta antes de tudo, à própria necessidade comunicativa dos agentes sociais e, talvez, da condição humana: com uma clara intenção participativa, sem, todavia, pretensão de exercer o controle hegemônico e totalitário sobre esfera pública, os cidadãos comuns encontram nos meios digitais um espaço acolhedor de suas opiniões, recebidas sempre criticamente, conforme critérios de razoabilidade esperados de uma proposição política consistente e compartilhável.

A história sempre pertenceu à experiência localizada do tempo e do espaço, e isto é o que lhe atribui toda riqueza que possui, mas pela primeira vez, em virtude da mundialização e da virtualização, tudo se passa sob a égide de um tempo único, o imediato. Disso se deveria questionar se essa predominância de uma só experiência do tempo, um tempo forçadamente universal (semelhante ao tempo neutro das ciências exatas) e reduzido ao instante, não expressaria uma nova forma de tirania, ao negar aos indivíduos a possibilidade de construção da história coletiva, e mesmo se isso não é interessante como forma de controle social. Por outra parte, seria demasiado simples atribuir toda a responsabilidade pelos atuais desdobramentos políticos ao medias, porém, isso não faria senão ocultar o dado fundamental de que os sujeitos são ativos e participativos da construção de sua história, ainda que

passivamente. Essa constatação da centralidade da configuração política e dos desdobramentos dos movimentos históricos nos indivíduos é ponto de partida de qualquer mudança possível, pois “(...) os *media* não criam nada que já não tenha sido previamente estruturado – mesmo em sua fase embrionária – por fatores múltiplos do contexto social-histórico imediato e mediato – mediado ou não pela comunicação –, seja no âmbito das relações sociais, seja na dimensão da interioridade psíquica das individualidades. (TRIVINHO, 2000, p.40). Desse modo, se é evidente que o estado de democracia cibercultural instaurado em âmbito global dá origem a uma forma de ação transpolítica, cuja realização inaugura uma nova forma desterritorializada de colonização, por outra parte também é claro que a possibilidade de transformação desse cenário passa necessariamente pelo levante em direção à constituição da história, individual e coletiva, cuja realização não poderia mais prescindir da potência que a tecnocomunicação reserva àqueles que a dominarem.

3. METODOLOGIA

- Análise documental desenvolvida a partir da apropriação conceitual, preparação e articulação da bibliografia básica, a fim de apontar temas específicos circunscritos ao debate teórico (modernidade, democracia e comunicação), com a subsequente definição de possíveis abordagens ao material coletado, organização dos resultados conforme o eixo abordado e conclusões oriundas da análise.

- Estudos dos fluxos de informação e a propriedade das mídias, a partir de uma perspectiva crítica da economia política da comunicação: análise dos discursos e interesses veiculados pelas mídias de informação proprietárias e mapeamento dos interesses comuns defendidos por variados grupos autônomos.
- Organização de amostras qualitativas, seleção de fontes e levantamento de material de análise:
 - ⊗ leitura de páginas de chamadas de atos e de movimentos sociais no facebook, a fim de organizar o material analisado.
 - ⊗ seleção de vídeos produzidos autonomamente e compartilhados via YouTube.

- ⊖ depuração da cobertura das grandes mídias, como material fonte dos primeiros relatos e/ou diagnósticos dos usos das redes sociais nas mobilizações.

4. CONCLUSÃO

Articulação das ciências da comunicação às análises político-sociais e filosóficas contemporâneas, por meio da pesquisa das dimensões comunicativas e consequências das atividades virtuais na vida pública, intermediada e potencializada pelas redes sociais a compreender o uso das tecnologias digitais em redes de comunicação e o espaço de atuação das redes sociais virtuais nas transformações sócio-históricas contemporâneas. Desta forma analisamos como esses novos movimentos civis participam da vida política do país, observando como o a atuação das redes sociais nas mobilizações de rua de junho de 2013 foram o cerne para o sucesso. Portanto, pode-se perceber que as redes sociais possibilitaram à população, sobretudo jovem, cultivar outra percepção do campo de atuação política e das reivindicações que motivaram as manifestações de 2013. Os resultados alcançados nas manifestações de 2013 somente foram possíveis devido a presença das tecnologias digitais interativas de comunicação em rede, credenciando uma nova forma de fazer política pelo uso alternativo das redes sociais, que superaram as barreiras temporais e espaciais, a hegemonia de discurso das grandes corporações midiáticas e o controle estatal da informação. Estima-se que mais de 2 milhões de menções foram feitas nas redes de twitter, facebook, youtube e google, e que mais de 132 milhões de pessoas foram impactadas por essas postagens, criadas por 641.295 usuários únicos. No dia 17 de junho de 2013, meio milhão de mensagens disparas nas redes sociais, o que representou 8,5 vezes mais que na semana anterior, ainda no mesmo dia, o twitter e o facebook foram os meios mais utilizados pelos manifestantes, das 17h às 21h.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS FILHO, C. [et all]. *Bravo mundo novo: novas configurações da comunicação e do consumo*. – CAEPM (org.) – São Paulo: Alameda, 2009.
- BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Tradução José Gabriel. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____,. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- CASTELLS, M. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro, Jorge Jahar Editor, 2013.
- CHATFIELD, T. *Como viver na era digital*. Tradução de Bruno Fiuzza. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- COSTA, J.R.V. *Comunicação de interesse público: ideias que movem pessoas e fazem um mundo melhor*. – São Paulo: Jaboticaba, 2006.
- DEBORD, G. A. *Sociedade do Espetáculo*. (Coletivo Periferia). – Disponível em www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf. Acessado em 23/11/2015. Coletivo Periferia, 2003.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia. Entre facticidade e validade*. Tradução Flávio Beno Siebeneichler. v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- _____. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____. *Teoria do Agir Comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social*. Tradução Paulo Astor Soethe, Vol. I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- _____. *Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista*. – Vol II – tradução Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- HENRIQUES, M.S. *Comunicação e estratégias de mobilização social*. 2ªed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. – São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LIPOVETSKY, G. *Os tempos hipermodernos*. Tradução Mário Vilela. - São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- MACLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo. Cultrix, 1974.
- MAFFESOLI, M. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Tradução de Juremir Machado da Silva. - Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MARC, A. *Por uma antropologia dos mundo contemporâneos*. Tradução de Clarisse Meireles e Leneide Duarte. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- NEGRY, A.; HARD, N. Multidão. *Guerra e democracia na era do Império*. Porto: Campo das Letras, 2004.
- NOVAES, A. (org.). *Muito além do espetáculo*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

REESE-SCHÄFER, Walter. *Compreender Harbermas*. Tradução de Vilmar Schneider. 3.ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

RUBIM, A.C. *As novas configurações da política na Idade Mídia*. In Intercom Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, 1997.

SANTOS. B.S. *Pela mão de Alice – O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto. Afrontamento. 2006.

TRIVINHO, E. *A dromocracia cibercultural: lógica da vida humana na civilização mediática avançada*. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. *Violência, cultura mediática, medo. Ensaio de crítica sociopsicanalítica da sociedade tecnológica e da comunicação*. In Sociedade mediática: significação, mediações e exclusão. Santos, SP: Universitária Leopoldianum, 2000.

_____. *Visibilidade mediática, melancolia do único e violência invisível na cibercultura*. Revista MATRIZ – ano 4, n.º2 – jan/jun. 2011 – São Paulo – Brasil – Eugênio Trivinho, p.111-125.

VIRILIO, P. *O espaço crítico*. Tradução de Paulo Roberto Pires. - Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. *Velocidade e política*. Tradução Celso Mauro Paciornik. - São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. “*Vitesse et information: alerte dans le cyberspace!*”, in *Le monde Diplomatique*, ago., 1995. Disponível em <<http://www.monde-diplomatique.fr/1995/08/VIRILIO/6578>>. Acessado em 22/06/2015.